

IGREJA DE VITÓRIA: OPÇÕES E DIRETRIZES

Reflexões sobre um documento

J. B. Libânio S. J.

A Grande Avaliação, que a Igreja de Vitória encetou e de cujo desenrolar a nota do P. Vitório nos dá uma rápida visão, produziu na Assembléia final um documento retrabalhando um texto-base previamente discutido.

Este texto é uma radiografia da Igreja de Vitória. Talvez esteja aí sua maior originalidade. De fato, não se trata tanto de um documento programático, em que a Arquidiocese quisesse traçar linhas para o futuro, fazer opções novas e originais. Enfim não se visualiza nesse texto um ato da vontade política de uma Igreja que quer construir, por assim dizer, pela via da ruptura com o passado, um novo futuro. Há momentos históricos em que tais documentos se fazem necessários e são significativos.

No caso de Vitória, foi diferente. O texto nasceu da lenta construção com as pequenas peças que já existiam espalhadas pelo espaço de toda a Arquidiocese e pelo tempo das duas últimas décadas. Ao juntarem-se elas, apareceu aos nossos olhos a figura dessa Igreja. Não houve nenhum artífice tão inteligente que, tendo em sua mente a planta da Igreja, a foi construindo ao longo do tempo. Bispos, sacerdotes, religiosos, agentes de pastoral, cristãos da base foram tomando decisões, criando pastorais, articulando experiências eclesiais, tentando caminhos novos. Cada uma dessas criações eram traços que foram formando o rosto da Igreja. Foi necessário que se empreendesse essa Grande Avaliação para que tal figura aparecesse em sua maior clareza. E este documento é, em primeira linha, esse desenho. Vejamo-lo.

Tendo como pano de fundo a imagem da Igreja como um trem, os dois trilhos que a GRAVA descobriu, bem fincados no solo da Arquidiocese, foram as opções pelos pobres e pelas comunidades eclesiais de base. Há 20 anos de distância, aparece claro como a Igreja de Vitória foi lentamente fazendo da opção pelos pobres e pelas CEBs os seus dois pilares fundamentais. Maravilhosa e feliz é esta Igreja que se encontrou construída sobre os pobres e sobre as comunidades de base. Não foi uma opção que ela fez na Assembléia de encerramento, mas que encontrou já feita pelos seus antecessores ao longo desses 20 anos e que, em plena lucidez, confirmou, ratificou jubilosa.

Em termos teológicos essa dupla opção significa a posição central do pobre, quer para a estruturação interna da igreja — opção pelas CEBs —, quer para sua dimensão missionário-evangelizadora — opção pelos pobres. Assim os pobres são sujeitos principais da Igreja e são destinatários privilegiados. Tais opções respondem naturalmente à mais lídima tradição bíblica do Antigo Testamento — Javé opta pelos órfãos, viúvas e estrangeiros (Dt 10,17s), os pobres de então —, à prática e ensinamento de Jesus (Lc 4,18-21; 7,22; 6,20/Mt 5,3; Mt 25, 31-46) e à mais bela tradição da Igreja (J. Pixley — Cl. Boff, *Opção pelos pobres*, Vozes, Petrópolis 1986, pp. 185-212).

Esta dupla opção se alimenta e se efetiva ao mesmo tempo, na Igreja de Vitória, pela participação do leigo, pela ligação fé e vida e pelo compromisso com a transformação da sociedade. Esses três traços calcam ainda mais fortemente o rosto da Igreja, já definido pelas linhas básicas das opções pelos pobres e pelas CEBs. A participação do leigo é fundamental para que uma Igreja seja de CEBs. Estas são fundamentalmente levadas pelos leigos. Aí o ministério leigo tem importância central. Por sua vez, toda Igreja da base favorece cada vez mais a participação do leigo. Por isso ela é ao mesmo tempo fonte e decorrência das opções pelos pobres e CEBs.

A ligação fé e vida, por sua vez, é a mola espiritual das CEBs. A sua originalidade decorre precisamente por ter superado os dois extremos: um populismo religioso alienante e um elitismo engajado secularista. De um lado, tínhamos as camadas populares piedosas, religiosas, mas descoladas dos reais problemas de sua situação social. Doutro lado, havia grupos conscientes, de estrato social médio, que se engajavam seriamente no processo de transformação da sociedade, mas cada vez mais secularizados. As CEBs estão conseguindo, não sem problemas e tensões, buscar essa articulação entre fé e vida. E a Igreja de Vitória encontrou em sua GRAVA este dado como realidade vivida nas CEBs e na Igreja em geral.

Uma opção pelos pobres em termos mais assistencialistas sempre foi conhecida e vivida em muitas de nossas Igrejas. Vitória, porém, constata que lá se vive tal opção juntamente com o compromisso com a transformação da sociedade. De novo, está uma das originalidades da Igreja na América Latina, que de fato está sendo vivida por Vitória.

Com essas duas opções — pelos pobres e pelas CEBs — e com essas três concretizações que ao mesmo tempo alimentam as opções e brotam das mesmas — participação do leigo, ligação fé e vida, compromisso com a transformação da sociedade —, está construída a figura principal da Igreja de Vitória. Este foi o surpreendente resultado da GRAVA, de que os membros da Igreja tomaram consciência e que

depois num momento de decisão ratificaram. É tão surpreendente tal resultado não só pela coerência teológica estrutural como também pela unanimidade de sua aceitação. Assim 95% das pessoas que se manifestaram sobre a opção pelos pobres e 94% do grande público, que numa outra ocasião pôde expressar-se, apoiaram esta opção como vinha sendo vivida pela Igreja. Para que não houvesse dúvida sobre a semântica do termo pobre, os interrogados definiram-no como "os que vivem com salário mínimo, os assalariados que não conseguem viver dignamente, os desempregados e os subempregados, os que não têm as mínimas condições de vida, os empobrecidos, injustiçados e explorados".

Ao mesmo tempo que a consciência da opção era clara, a GRAVA também retratou a percepção da desproporção entre esse nível de consciência e as reais atividades de presença na organização popular.

A mesma unanimidade teve a opção pelas CEBs (93% do grande público e 95% dos grupos interrogados). É sem dúvida a maior conquista pastoral da Igreja. As CEBs são a base de sustentação do projeto pastoral. Também a respeito da natureza e estrutura das CEBs há clareza. Trata-se realmente de comunidades populares, onde os laços de vizinhança e solidariedade são primordiais. Aí se partilha a mesma experiência de fé, se reúnem as pessoas em torno da Palavra de Deus e celebram o acontecimento da vida em Jesus Cristo, se alimentam do sacramento, mantendo comunhão com as outras CEBs e com seus pastores, atuando finalmente em vista da construção de sociedade justa e fraterna. A Igreja de Vitória veio confirmar o fato assaz salientado em vários escritos de que as CEBs são fundamentalmente populares na sua configuração e envolvidas com o processo de libertação, distinguindo-se de outros grupos, quer de estrato social não-popular, quer de colorido espiritualista.

Mesmo que seja uma característica essencial das CEBs seu compromisso social, predominam, porém, no seu interior, como era sadia-mente de esperar, as equipes de serviço, os ministérios ligados à vida interna da fé, do culto, do sacramento, da catequese, da organização e manutenção material da comunidade. Por conseguinte as atividades litúrgicas e catequéticas prevalecem sobre a ação social. E no coração das CEBs estão, como suas verdadeiras sementes, os círculos bíblicos.

A participação dos leigos dá-se no nível das celebrações litúrgicas, da participação nas decisões em conselhos de comunidades e em assembleias da Arquidiocese, da atuação no dia-a-dia da comunidade, das pastorais específicas, dos movimentos apostólicos, das associações religiosas, dos ministérios do batismo, matrimônio e comunhão. Traço esperançoso para a Igreja de Vitória é a significativa participação de

jovens em todas essas atividades das CEBs.

A ligação fé e vida se manifesta sobretudo através duma leitura da bíblia articulada com a realidade sobretudo nos círculos bíblicos, numa liturgia que exprime as dimensões da vida do povo, numa catequese vinculada com o compromisso pessoal e comunitário e com a participação de cristãos na transformação da sociedade, como exigência de sua fé.

O compromisso com a transformação da sociedade visa a eliminar as estruturas sociais geradoras de pobreza a partir de uma intelecção de Igreja e Reino de Deus que implica tal compromisso. Subjaz a tal compromisso uma idéia utópica de sociedade que consiste fundamentalmente na primazia do trabalho em relação ao capital, do atendimento às necessidades básicas onde são respeitados o meio ambiente, a vida, a paz e a soberania nacional. Esse compromisso se concretiza através do trabalho de conscientização, de incentivo da organização do povo e de participação nos movimentos populares, sindicatos, partidos, associações. Uma larga maioria (85,5%) responde que tais atividades são tarefa da Igreja. 82,5% não vêem incompatibilidade entre a participação nas CEBs e a atuação política partidária, desde que se salvaguardem o compromisso com o povo, a luta pelo bem comum e o respeito a cada uma das duas instâncias. 89% concordam com o apoio dado pela Igreja às lutas populares.

Esta figura de Igreja tem suas contradições, tensões, dificuldades e deficiências. Esse segundo olhar tentou encontrar as falhas presentes naquilo que tinha sido até então a caminhada conjunta da Igreja de Vitória.

As contradições vêm apontar lacunas nas duas opções e três concretizações. Elas só servem para reforçar a figura da Igreja, pois significam precisamente que ainda não se é totalmente aquilo que se vem sendo e se quer ser mais radicalmente. Na opção pelos pobres, lamenta-se que os mais empobrecidos ou não são atingidos ou participam pouco. Na opção pelas CEBs, constata-se certa carência de uma pastoral de massa e da devida atenção à religiosidade popular. A participação dos leigos ainda não atingiu suficientemente as instâncias de decisão diocesanas. Na articulação fé e vida, reclama-se por mais e melhores momentos de oração. E a ação transformadora da sociedade é ainda fraca na prática. Predomina o discurso. A percepção dessas contradições é extremamente positiva, já que ela serve ainda mais para clarificar as opções e decisões. Ajuda mesmo a dar-lhes sentido, apontando uma linha de maior radicalidade na sua compreensão e prática.

As tensões são também reflexo dessa caminhada, por duas razões especialmente. De uma parte, elas revelam a coexistência do antigo e do

novo. Já o evangelho nos alerta para o risco de remendar pano velho com retalhos novos. Assim o pano novo das CEBs ameaça os tecidos do pano velho das paróquias. Ou o vinho novo das CEBs jogado no odre velho das paróquias arrisca rompê-los. Daí que a GRAVA constata a existência de paróquias que procuram ser centradas nas CEBs e paróquias centradas no pároco, administrador de sacramentos. A primeira é odre novo para vinho novo. A segunda é odre velho que quer resistir ao impacto do vinho novo.

A outra tensão remonta à outra fonte. Já não se trata de duas estruturas que refletem momentos eclesiais diferentes, mas duas perspectivas de natureza ideológica e cultural. As CEBs e os movimentos apostólicos traduzem dois universos ideológicos, de cosmovisão e de preocupações eclesiais e sociais bem diferentes. Talvez seja esta a mais forte tensão constatada pelo documento. Semelhantemente a pastoral popular e a pastoral com as classes médias têm suas perspectivas diversas e por conseguinte facilmente sujeitas a mútua tensão.

As dificuldades assinaladas no documento dependem em grande parte das divergências mais profundas de visão de Igreja e de sociedade, que, por sua vez, são as causas também das tensões. Além disso, são mencionadas outras dificuldades de natureza mais restrita, como os critérios imprecisos na pastoral sacramental, a falta de assumir por parte do conjunto da Igreja os ministérios confiados a leigos, o desrespeito a decisões tomadas em assembléias e a implantação do dízimo.

As deficiências são atribuídas à rapidez com que se fez a renovação, ao fato de ter deixado áreas em descoberto, à falta de melhor formação e recursos para os leigos e ao pequeno caminho na linha ecumênica.

Sobre esse quadro de Igreja, o documento avança uma reflexão teológica. A teologia viva nos é dada pelas duas opções e três concretizações. A teologia refletida descobre que a Arquidiocese de Vitória encarna uma Igreja de comunhão, de missão, do Povo de Deus e dos pobres. Quanto à comunhão, o texto trabalha dois níveis. O nível último de sua fundamentação e o nível de suas concretizações. A Igreja da comunhão se funda, segundo o ensinamento da *Lumen Gentium*, na comunhão trinitária, da qual cada membro da Igreja participa pelo batismo. O documento apresenta a vivência dessa comunhão por parte dos ministros ordenados, dos religiosos, dos seminaristas e dos leigos em duas claves diferentes: a clave ideal e a clave da sua realização imperfeita. Assim cada um dos membros da Igreja, segundo sua função e natureza, é chamado a viver a comunhão na Palavra, na celebração, nos serviços comunitários, nos carismas, na pluralidade de vocações, superando o autoritarismo, suas fraquezas, incoerências.

Se a comunhão como dom vem de cima, como concretizado, histórica vem de baixo. A graça do Senhor interpela a todos na Igreja a construírem tal comunhão. Ela está sempre em construção e nunca é uma realidade acabada. Ela participa da dialética do “já” — dom de Deus — e do “ainda não”, — construção de todos os cristãos.

A Igreja de missão também apóia-se sobre essa dupla realidade. É dom cuja origem é o envio do Filho e do Espírito ao mundo. De tal dom, todos os cristãos participam. Mas é também missão concreta histórica e no caso de Vitória, de modo especial, ao mundo dos pobres em vista da transformação da sociedade ao lado das forças já presentes e engajadas na mesma tarefa. Vitória é uma Igreja que se entende com a missão da evangelização tendo a justiça social como sua parte integrante e essencial.

Com a caracterização teológica de Igreja de comunhão e de missão, já teríamos o quadro completo, uma vez que o documento não só trata essas questões em seus últimos fundamentos trinitários mas nas suas concretizações históricas na forma de CEBs e de compromisso com os pobres contra a injustiça social e contra a pobreza. Mas querendo que esse aspecto de originalidade não se perdesse numa teologia que poderia facilmente deter-se em níveis abstratos, o documento quis fechar e encarnar ainda mais sua reflexão, dedicando dois parágrafos ao tema da Igreja, Povo de Deus e da Igreja dos pobres. Eles vêm mediatizar melhor a comunhão e a missão. A comunhão se mediatiza pela criação de um Povo de Deus, cujo suporte real e cuja concretização histórica são as CEBs. E a Igreja dos pobres vem definir melhor ainda a visibilidade sociológica desse povo de Deus: são os pobres, tanto como sujeitos quanto como destinatários. O texto aborda com clareza a tensão da “universalidade do povo de Deus” e a “parcialidade dos pobres”, mostrando o caráter universal das lutas solidárias dos pobres, o caráter teológico universal da opção pelos pobres, já que se radica na própria opção de Deus (Ex 3, 7-10) e na prática de Jesus.

Sobre essa base teológica fundamental, o texto percorre rapidamente as contradições internas à caminhada da Igreja, as tensões decorrentes da mesma, as dificuldades e deficiências, não indo muito além da simples constatação já feita na parte anterior. Talvez valhe a pena ressaltar a reflexão feita sobre a tensão mais forte da Igreja de Vitória, entre as CEBs e os movimentos apostólicos. O texto aponta como causa a diferença da perspectiva e prática dos movimentos na Igreja e no mundo, mais vinculadas às suas matrizes que às orientações da diocese. Por isso nem sempre em sintonia com as opções fundamentais da mesma. Há também uma diversidade de lugar social dos membros e da própria filo-

sofia dos movimentos apostólicos em relação às CEBs. Estes movimentos têm cidadania e legitimidade na Igreja. Mas devem construir a comunhão no interior da Igreja de Vitória através de afinidade com as suas opções fundamentais.

Como disse no início, esse documento é antes uma radiografia que um programa. Por isso a sua riqueza está na primeira parte: no ver. A reflexão teológica é sua explicitação refletida. A terceira parte é simples reafirmação das linhas mestras da Igreja, com o desejo e vontade política de aprofundá-las, reforçá-las, ampliá-las. As tomadas de decisão mais concretas visam à correção de rota em relação às contradições, tensões, dificuldades, deficiências.

Conclusão

Mais que o documento, a Grande Avaliação como processo veio revelar-nos, ou melhor, confirmar-nos a intuição fundamental da Teologia da América Latina. A vida da Igreja dos pobres e das CEBs é prenhe de teologia vivida. Seu simples desenho já é altamente provocador para a reflexão teológica. Ele mostra como há uma eclesiologia viva mais avançada em muitos pontos que a eclesiologia veiculada nos escritos teológicos.

Talvez esse momento da vida ainda precise avançar mais, firmar-se mais, para que se possa traduzi-lo de maneira mais coerente e original em termos teóricos teológicos. O texto do documento reflete precisamente uma queda da primeira parte para a segunda e desta para a terceira. O mais forte é o retrato da vida. Em segundo lugar surge já uma reflexão eclesiológica embrionária, ainda calcada em termos mais gerais, abstratos, que querem dar conta da vida. Conseguem-no em parte. Mas fica ainda muito elemento a ser pensado, estruturado coerentemente numa visão eclesiológica mais orgânica.

A *terceira parte* é a mais fraca. Que significa isso? Os horizontes do futuro não são ainda de novidade. As novidades pertencem mais aos últimos anos vividos. Elas necessitam ainda firmar-se. O salto qualitativo já foi dado. A Igreja dos pobres e das bases é o novo. As decisões de Vitória resumem-se em continuar encorajando tal caminhada de Igreja.

A GRAVA de Vitória é um marco na história da caminhada da Igreja do Brasil. O fato e o resultado. O fato de uma Igreja colocar-se toda, desde o cristão que só participa à missa dominical até o bispo, em processo de revisão, de tomada de consciência do que ela é, de busca de sua autocompreensão, é altamente significativo e modelar. O resultado de uma Igreja estruturada sobre a opção pelos pobres e pelas CEBs con-

cretizadas na participação dos leigos, na ligação da fé e vida e no compromisso com a transformação da sociedade é também altamente significativo e modelar.

João Batista Libânio S.J. é doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana (Roma). Professor de Teologia na Faculdade de Teologia do Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus (Belo Horizonte - MG). Membro do Conselho Presbiteral da Arquidiocese de Belo Horizonte. Entre suas obras, destaquem-se: *As grandes rupturas sócio-culturais e eclesiais*, 1980; *Pastoral numa sociedade de conflitos*, 1982 (ambos pela Ed. Vozes, Petrópolis); *A volta à Grande Disciplina*, 1983; *Fé e política*, 1985 (ambos pela Ed. Loyola, São Paulo); *Escatologia cristã*, escrito em conjunto com Maria Clara L. Bingemer (Ed. Vozes, Petrópolis, 1985); *Teologia da Libertação*: roteiro didático para um estudo (Ed. Loyola, São Paulo, 1987).

Endereço: Caixa postal 5047 – 31611 Belo Horizonte - MG